



JÉSSICA EUFRÁSIO  
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Flickr/ Creative Commons



## Dignidade menstrual

A deputada distrital Arlete Sampaio (PT) começou uma mobilização junto a coletivos de mulheres e a parlamentares para conseguir a regulamentação da lei que prevê o acesso gratuito a absorventes no DF. A norma, sancionada em 12 de janeiro, carece de normalização para não virar letra morta. O texto altera a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no Distrito Federal e estabelece, entre outros pontos, a distribuição dos itens de higiene a pessoas em situação de vulnerabilidade social, tanto em unidades básicas de saúde quanto em escolas da rede pública.

## Análise do veto adiada

Em nível federal, um projeto de lei com proposta semelhante aprovado pelo Congresso Nacional teve os itens relacionados à distribuição gratuita de absorventes vetados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). O governo justificou que não houve detalhamento sobre a fonte de custeio dos insumos nem de medida compensatória. No entanto, em fevereiro, os parlamentares vão avaliar se mantêm a previsão de fora da lei, sancionada em 6 de outubro.

## Incentivo

A partir de agora, donos de veículos elétricos ou híbridos estão isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no DF. A lei, publicada ontem, teve origem com um projeto apresentado pelos deputados distritais Rafael Prudente (MDB), Eduardo Pedrosa (PTC) e Rodrigo Delmasso (Republicanos).

## Com sinal verde para concessão do Cave, moradores do Guará temem efeitos de PPP

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Uma parceria público-privada (PPP) em discussão desde 2016 recebeu autorização — com orientações específicas — do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) para sair do papel. Agora, o projeto de concessão do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará (Cave) aguarda edital de licitação para concorrência das empresas interessadas em assumir a gestão do espaço, que inclui o Estádio Antônio Otoni Filho, o Ginásio Esportivo do Parque do Guará e o Clube Vizinhança.

## Atraso

Com a liberação para prosseguimento do processo, publicada no último dia 15, a vencedora do certame ficará responsável pela reforma, modernização, manutenção de equipamentos públicos e pelo repasse do valor referente à outorga aos cofres do DF. O contrato ficará em vigor por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. As obras, que tinham previsão de começar até dezembro de 2020, estão estimadas em R\$ 27 milhões.

## Protesto

Durante as idas e vindas do projeto, associações de moradores do Guará fizeram duras críticas à proposta, por considerarem que a área — celeiro de nomes da música e do esporte — será concedida à iniciativa privada por valor irrisório. Além disso, eles temem pela cobrança de preços abusivos após a revitalização para acesso a uma área atualmente pública. Por isso, cobram a suspensão do processo, novas consultas públicas e prometem uma manifestação para 7 de janeiro.

## Seis casos da H3N2

O Distrito Federal tem, ao menos, seis casos de gripe provocada pela nova cepa do vírus influenza, a H3N2. Os registros, confirmados pelo Ministério da Saúde, acendem o alerta para a possibilidade de um surto, como ocorre em outras partes do país.

## Fechar das cortinas

Em fase de encerramento dos trabalhos do ano, o governador Ibaneis Rocha (MDB) e o novo secretário de Economia, José Itamar Feitosa, reúnem-se, hoje, no Palácio do Buriti. Na pauta, planos do Executivo local para os primeiros dias de 2022.

Paulo Tavares/ Agência Brasília



**À QUEIMA-ROUPA**  
**ITAMAR FEITOSA,**  
**SECRETÁRIO DE ECONOMIA**  
**DO DISTRITO FEDERAL**

## Quais serão as prioridades da pasta para 2022?

Continuar o trabalho que vem sendo realizado desde 2019 e tratar as contas do GDF com muita austeridade, para encerrar o exercício financeiro de 2022 com resultado bastante positivo. Assim, conseguiremos garantir ainda mais avanços nas áreas econômica, social e de obras, além de investimentos nas mais diversas áreas.

## O senhor pretende fazer trocas em cargos da secretaria?

Nossa equipe está muito bem estruturada e vamos buscar manter o trabalho desenvolvido desde 2019, que trouxe tantos avanços para o Distrito Federal, mesmo no contexto da pandemia.

## Que planos poderão ajudar no processo de recuperação do DF no ano que vem?

A economia do DF está crescendo e, para manter isso, acreditamos que as mais de 50 medidas dos pacotes Pró-Economia 1 e 2 serão fundamentais. São medidas estudadas e implantadas para apoiar o setor produtivo no momento pós-pandemia e incentivar ainda mais o aquecimento econômico.

## O senhor acredita que o setor econômico do DF está preparado para lidar com uma eventual nova alta de casos da covid-19?

Além do constante diálogo e das inúmeras

ações de apoio ao setor produtivo, conseguimos construir um ambiente de credibilidade econômica para o DF, o que tem atraído grandes empresas e garantido um ambiente mais seguro aos empreendedores. Mantivemos investimentos nas mais diversas áreas, garantimos a qualidade do gasto público e o pagamento dos salários em dia. Acreditamos que o ambiente econômico do DF está bastante favorável para a continuidade do crescimento.

## Dos projetos apresentados pela secretaria em 2021 e aprovados na Câmara Legislativa, quais devem trazer retornos mais rapidamente?

Várias ações serão importantes para diversas áreas. Mas podemos destacar as reduções de alíquotas (de impostos) e, também, o Refis 2021, que deve atingir a marca de R\$ 1,5 bilhão em dívidas refinanciadas.

## Quais são suas expectativas ao assumir a nova função?

As mais otimistas possíveis. O DF tem um ambiente econômico com credibilidade e em crescimento. Saltamos de um orçamento de R\$ 42 bilhões, em 2019, para R\$ 44,2 bilhões em 2021 e, agora, para R\$ 48,2 bilhões em 2022. E, hoje, o Distrito Federal tem o oitavo (maior) PIB (Produto Interno Bruto) do país.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## » Entrevista/ CHICO VIGILANTE, DEPUTADO DISTRITAL

Ao *CB.Poder*, o parlamentar pede contratações de profissionais qualificados para atuar no SUS do Distrito Federal, ressalta a falta de segurança em Ceilândia e destaca o desafio de se aprovar o Plano de Ordenamento Territorial em ano eleitoral

# Mais investimento na Saúde em 2022

» PEDRO MARRA

Com críticas ao Governo do Distrito Federal (GDF), o deputado distrital Chico Vigilante (PT) pediu mais investimento na contratação de profissionais de saúde para fortalecer o serviço público, maior segurança pública em Ceilândia e analisou os

desafios para o próximo ano na Câmara Legislativa do DF (CLDF), ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília. “Se nós não tivéssemos o sistema de saúde pública que a gente tem, não teríamos 600 mil mortes, teríamos muito mais”, disse ao jornalista Carlos Alexandre.

## Em 2022, com ano de eleições, o senhor acredita que a saúde vai ser o tema principal?

A saúde é o carro-chefe, e ficou evidenciada nesta pandemia a importância estratégica do SUS, da saúde pública no Brasil. Se nós não tivéssemos o sistema de saúde pública que a gente tem, não teríamos 600 mil mortes, teríamos muito mais. A gente teria chegado a 3 milhões de mortes. As pessoas falam tão mal do sistema público de saúde, mas foi quem socorreu efetivamente na hora de maior necessidade. Temos que melhorar o SUS. Precisa melhorar a Saúde. E, aí, é bom que o governador Ibaneis tome consciência de que não é

só construir unidade de pronto-atendimento (UPA) e unidade básica de saúde (UBS). É preciso contratar gente e qualificar as pessoas para um atendimento melhor.

## O senhor fez uma reclamação na CLDF sobre a segurança pública em Ceilândia. Qual é a principal crítica?

Temos problema sério de segurança, que abrange o Distrito Federal, mas que abrange, especificamente, Ceilândia, porque é a maior cidade. Estamos com efetivo policial, em Ceilândia, menor do que na década de 1980, até porque a população cresceu muito. Moro na QNP 18 e sempre brinco que vivo

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



há 41 anos na mesma casa e nunca tinha tido assalto na nossa rua. Na semana passada, uma vizinha, às 9h, abriu a garagem, abriu o portão e quando saiu com o carro, dois homens armados tomaram o carro de assalto. Então, esse é o retrato do que é a segurança na Ceilândia. Aí, procurei o comandante-geral da PMDF, coronel Vasconcelos, que falou a verdade para mim: “deputado, estamos impotentes, porque o nosso efetivo não dá para cobrir o Distrito Federal hoje”. E não dá mesmo.

## O que mais lhe preocupa em relação ao Plano de Ordenamento Territorial (Pdot)?

Estou preocupado com o Pdot, porque o Plano de Ordenamento Territorial local foi apresentado no governo Agnelo. No ano eleitoral, nós não aprovamos, e eu era da base do Agnelo, e achamos por bem não aprovar em função do ano eleitoral. Depois, foi reapresentado no governo Rollemberg, e também entrou no ano

eleitoral e não foi aprovado. E, agora, infelizmente, está ficando para ser discutido em um ano eleitoral. Então, eu temo que ele não seja aprovado. (Inclui) a destinação de uma série de áreas do Distrito Federal.

## As administrações regionais do DF atenderam corretamente os pedidos dos moradores?

Está na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e tem uma decisão judicial que não é cumprida, que é (para) os moradores terem o direito de escolher os seus administradores por meio de votação direta. Não é transformar em município, porque o Distrito Federal não suporta a transformação em município com Câmara de Vereadores. É só ver a diferença com a gestão democrática das escolas, em que os diretores são eleitos pela comunidade escolar. Aprovei uma lei, que ficou um ano, o governo não cumpriu, e ingressou na Justiça. O Judiciário disse que tinha vício de iniciativa. O governador Ibaneis cumpriu uma promessa dele de mandar um projeto. Está engavetado lá na Câmara,

mas precisa de pressão da opinião pública para que esse projeto seja aprovado.

## Como o reajuste no Orçamento de 2022 para as polícias pode ser melhor distribuído? Existem categorias que merecem tratamento melhor, como a Polícia Federal?

Espero que a Polícia Federal, uma força fundamental para o combate à corrupção, não queira virar uma milícia de um governo. Polícia tem que ter ser política de Estado, e não de governo. Eles deveriam se negar a receber esse reajuste, para não parecer que são milicianos do governo Bolsonaro. Deveriam estar juntos com os demais servidores para montarem uma política de recuperação de perdas salariais. Você tem os trabalhadores da saúde que estiveram em todos os estados, na linha de frente de combate ao novo coronavírus, muitos perdendo a própria vida. Portanto, se alguém merece algum reajuste diferenciado são os trabalhadores da saúde, que deveriam estar sendo valorizados neste momento.